



166

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SEXTA CÂMARA CÍVEL

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na APELAÇÃO CÍVEL de nº 312672-3

EMBARGANTE: ARMAZÉNS GERAIS ESTRELA LTDA.

EMBARGADO : BANCO DO BRASIL S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL – ACLARATÓRIOS OPOSTOS EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA PELA QUAL SE NEGOU, COM BASE NO ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC), SEGUIMENTO A APELO INTERPOSTO EM SEDE DE AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS E ANTECIPAÇÃO PARCIAL DOS EFEITOS DA TUTELA PRETENDIDA.

- DE FATO, ASSISTE, AO MENOS EM PARTE, RAZÃO À EMBARGANTE, DIANTE DA CONSTATAÇÃO DE QUE REALMENTE NÃO HÁ, NA DECISÃO MONOCRÁTICA EM TELA, QUALQUER MENÇÃO AO RECURSO ADESIVO POR ELA MANEJADO.

- CONSOANTE EXPRESSAMENTE DISPOSTO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC), ARTIGO 500, *CAPUT* E PARÁGRAFO 3º, O RECURSO

167
ADESIVO SEGUE SEMPRE A MESMA SORTE DO PRINCIPAL, OU SEJA, ENCONTRA-SE SUBORDINADO A ESTE - EM OUTRAS PALAVRAS, UMA EVENTUAL DECISÃO OBSTATIVA DE SEGUIMENTO AO PRINCIPAL, TAL QUAL A EXARADA NO CASO EM TELA, TORNA TAMBÉM INADMISSÍVEL O ADESIVO.

- EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS, APENAS PARA - SUPRINDO A OMISSÃO CONSTATADA NA DECISÃO MONOCRÁTICA IMPUGNADA - DECLARAR QUE TAMBÉM SE ESTÁ NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO ADESIVO INTERPOSTO PELA EMBARGANTE, TENDO-SE EM VISTA OS DISPOSITIVOS CONTIDOS NO ARTIGO 500, CAPUT E PARÁGRAFO TERCEIRO, DO CPC -, DENEGANDO-SE, NÃO OBSTANTE, O PLEITO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES AOS EMBARGOS. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos embargos de declaração na apelação cível de nº 312672-3, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em acolher parcialmente os embargos, nos termos do voto do relator (julgamento realizado em 10.06.14).

Recife, 10 de Junho de 2014.

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

Relator



168

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SEXTA CÂMARA CÍVEL

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na APELAÇÃO CÍVEL de nº 312672-3

EMBARGANTE: ARMAZÉNS GERAIS ESTRELA LTDA.

EMBARGADO : BANCO DO BRASIL S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO:

Cuida-se de embargos declaratórios opostos em face da decisão monocrática, exarada na apelação cível de nº 312672-3 (fls. 139/139v), pela qual se negou, com base no artigo 557 do Código de Processo Civil (CPC), seguimento a apelação interposta pelo Banco do Brasil S/A em sede de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de indenização por danos morais e materiais e antecipação parcial dos efeitos da tutela pretendida.

Às fls. 142/148, interpõe a parte apelada os presentes embargos de declaração, apontando que o ato decisório atacado estaria eivado de omissão, uma vez que, na decisão ora impugnada, não teria restado apreciado o recurso adesivo que interpusera (tendo em vista a ocorrência, em 1ª instância, de sucumbência recíproca). Pugna, portanto, pelo acolhimento destes aclaratórios, para que o recurso adesivo em questão seja regularmente admitido, processado e julgado.

Intimada para apresentar suas contrarrazões recursais, tendo-se em vista o caráter infringencial dos presentes embargos, deixou a instituição financeira embargada transcorrer em branco o prazo para

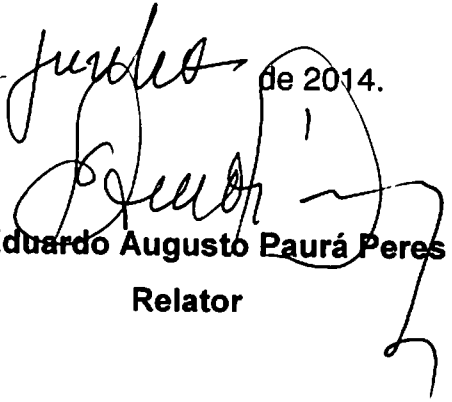
fazê-lo, consoante se denota do conteúdo da certidão de fl. 160 dos autos (embargos de declaração na apelação cível nº 312672-3).

169

É o relatório.

À votação.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



170

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SEXTA CÂMARA CÍVEL

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na APELAÇÃO CÍVEL de nº 312672-3

EMBARGANTE: ARMAZÉNS GERAIS ESTRELA LTDA.

EMBARGADO : BANCO DO BRASIL S/A

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO:

Senhores (as) Desembargadores (as),

Senhor (a) Procurador (a):

Insurge-se a embargante contra decisão monocrática exarada nos autos da apelação cível de nº 312672-3 (ver fls. 139/139v).

Aponta a embargante que o ato decisório atacado estaria eivado de omissão, uma vez que, na decisão ora impugnada, não teria restado apreciado o recurso adesivo que interpusera (tendo em vista a ocorrência, em 1ª instância, de sucumbência recíproca); pugna, portanto, pelo acolhimento destes aclaratórios, para que o recurso adesivo em questão seja regularmente admitido, processado e julgado.

De fato, assiste, ao menos em parte, razão à embargante, diante da constatação de que realmente não há, na decisão monocrática em tela, qualquer menção ao recurso adesivo por ela manejado.

Ocorre que, consoante expressamente disposto no Código de Processo Civil (CPC), o recurso adesivo segue sempre a mesma sorte do principal, ou seja, encontra-se subordinado a este – em outras palavras, uma eventual decisão obstativa de seguimento ao principal

tornará também inadmissível o adesivo. Veja-se o que estatui o artigo 500 do CPC:

171

Art. 500. Cada parte interporá o recurso, independentemente, no prazo e observadas as exigências legais. Sendo, porém, vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir a outra parte. O recurso adesivo fica subordinado ao recurso principal e se rege pelas disposições seguintes:

I - será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, no prazo de que a parte dispõe para responder;

II - será admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial;

III - não será conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.

Parágrafo único. Ao recurso adesivo se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior.

Atente-se, ademais, acerca do tema, para o posicionamento expresso na jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça (STJ), bastando observar o conteúdo do recentíssimo aresto que segue:

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AÇÃO COLETIVA. CUMULAÇÃO DE HONORÁRIOS NA EXECUÇÃO E NOS EMBARGOS. POSSIBILIDADE. LIMITAÇÃO AO PERCENTUAL DE 20%. RECURSO ESPECIAL PRINCIPAL INADMITIDO. RECURSO ADESIVO. SUBORDINAÇÃO AO RECURSO PRINCIPAL (ART. 500, III, DO CPC). PRECEDENTES. 1. Nos casos de procedência parcial ou integral dos embargos à execução, a verba honorária deverá ser fixada levando-se em consideração o grau de sucumbência verificado em cada um dos processos. Logo, caberá ao magistrado originário fixar a verba honorária, em obediência ao art. 20, § 3º, do CPC. 2. A

172

inadmissibilidade do apelo principal obsta que se conheça do recurso adesivo, em conformidade com a norma do art. 500 do CPC. Agravo regimental improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro-Relator." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Mauro Campbell Marques (Presidente) e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes. (AgRg no REsp 1439167/RS; AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2014/0044634-3, Segunda Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relator Min. Humberto Martins, julgado em 06/05/2014, publicado no DJe de 13/05/2014).

Diante de tudo isso, conclui-se que as alegações da embargante merecem parcial guarida, uma vez que, com efeito, a decisão terminativa ora atacada não contém menção específica ao recurso adesivo por ela interposto.

Com tais considerações, voto no sentido de acolher parcialmente os presentes embargos de declaração, apenas para - suprimindo a omissão constatada na decisão monocrática impugnada - declarar que também se está negando seguimento ao recurso adesivo interposto pela ora embargante, tendo-se em vista os dispositivos contidos no artigo 500, *caput* e parágrafo terceiro, do CPC -, denegando-se, não obstante, o pleito de atribuição de efeitos infringentes a estes embargos.

É como voto.

Recife, 10 de julho de 2014.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

Relator